

Agroindústrias familiares e o desenvolvimento das economias locais

Valdemar João Wesz Júnior¹
Iran Carlos Lovis Trentin²

RESUMO

O estudo central desse artigo compreende a importância da auto-sustentabilidade territorial, pois aqui será apresentado um estudo sobre as agroindústrias familiares de cachaça como indicadores de desenvolvimento rural e territorial. Através da agroindustrialização de produtos tradicionais, é promovida a identificação regional e conseqüentemente uma valorização territorial, ou seja, passa-se a atender pela concepção de que o território é quem ressalta a região. Assim, busca-se o desenvolvimento sustentável por seu espaço e não por seus aspectos temporais e setoriais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial rural, agroindústria familiar e meio ambiente.

ABSTRACT

SMALL AGROINDUSTRIES AND THE DEVELOPMENT OF LOCAL ECONOMIES

- The objective of this paper is to understand the sustainability process of the small agroindustries of cachaça. Through the agroindustrialization of traditional products, the idea is to promote the regional development and a territorial valuation, that is, the sustainable development is obtained through its space and not by its temporal characteristics.

Keywords: Rural development, small agroindustries, sustainability, environment.

¹ Pesquisador e bolsista do CNPq pela UFPEL e Graduando da UERGS pelo curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial - Endereço: Rua General Câmara, 2116 Apto. C - São Luiz Gonzaga /RS CEP: 97800-000 E-mail: valdemar-junior@uergs.edu.br

² Iran Carlos Lovis Trentin é Mestre em Desenvolvimento Rural; Presidente da COOPERAFE e Bolsista DTI MESA/CNPq-UFRGS/UFPEL. Endereço: Rua Trento, 01 CEP 98355 000 Trentin/RS. E-mail: lovis@ufrgs.br

I Introdução

A tentativa de alcançar um novo modelo de desenvolvimento para agricultores familiares fez-nos recorrer a inúmeros conceitos e percorrer diversas situações. Mas buscar esse novo paradigma está cada vez mais complexo, difícil e obscuro, principalmente pelas mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, tanto no meio rural como no espaço urbano.

Como já expressado, o meio rural absorveu novos papéis e, automaticamente, novas centralidades. E hoje, já se vê a importância em criar certas potencialidades territoriais para que esse ambiente não se identifique somente pelo agrícola. No entanto, antes mesmo de tentar alcançar uma diversificação regional precisa-se ser, pelo mínimo, auto-sustentável na produção ou no espaço desejado.

O foco empírico deste estudo encontra-se na mensuração da representatividade e importância das agroindústrias familiares para com o meio rural dentro de uma perspectiva territorial. Mas, além disso, mostrar-se-á a necessidade de um determinado espaço rural ser auto-suficiente em alguns produtos processados para posteriormente alcançar, de forma direta ou indireta, uma identidade regional e, conseqüentemente, uma valorização dos seus produtos e território. Já que isso tudo refletirá nos patamares de desenvolvimento do território em questão.

Para tanto, delimitaremos o território em análise pela estrutura agrária existente, pelo tipo de colonização e ocupação do espaço, pelas características geográficas e ambientais, pela utilização da mão-de-obra e dos meios de produção, ou seja, onde ocorre o regime de propriedades familiares. Essa definição de território desconsidera, de forma genérica, os aspectos naturais, pois leva-se neste estudo em consideração o espaço rural e sua multifuncionalidade.

Neste sentido, o território definido nesse trabalho é formado pelos municípios gaúchos de Porto Xavier, Roque Gonzáles, Dezesseis de Novembro, Pirapó e Porto Lucena porque possuem semelhanças e/ou proximidades na questão da estrutura fundiária, ocupação da terra, relações sociais e um capital social relativamente dinâmico.

Para responder aos propósitos estipulados neste trabalho fez-se, primeiramente, uma identificação das agroindústrias produtoras da cachaça dentro do território estipulado e, a partir disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os agricultores proprietários dos empreendimentos e com informantes qualificados (secretários da agricultura dos municípios e extensionistas da EMATER), para uma compreensão externa da situação atual dos empreendimentos rurais. Também, foram efetuadas visitas *in loco* nas agroindústrias estudadas junto com uma leitura de paisagem nas comunidades comparando as condições de vida dos atores envolvidos na agregação de valor com os produtores de matéria-prima – *commodities* – para grandes indústrias.

Contudo, neste trabalho, além da análise empírica fez-se uma ampla e detalhada revisão bibliográfica referente aos temas atuais que perturbam e influenciam diretamente o meio rural que fora analisado. Entre as contextualizações verificadas destacam-se a ruralidade, o desenvolvimento territorial e as agroindústrias familiares, onde se adequou e construiu considerações que se encaixem com a realidade local pesquisada. Pois só assim, pôde-se fazer um paralelo realista e científico das situações estudadas e dos conceitos acadêmicos utilizados.

2 Um novo rural

Em um mundo globalizado onde os laços entre o campo e a cidade ocultam-se junto a imensas e imensuráveis semelhanças fica cada vez mais difícil, ou no mínimo, mais complexo conceituar e/ou situar o que chamamos de rural. Mesmo porque, diante da atual conjuntura econômica, como afirma Graziano da Silva, (1999):

“a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje, só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais serem identificadas apenas com atividades industriais, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Do ponto de vista social, a organização do trabalho na cidade se parece cada vez mais com a do campo e vice-versa”.

Infelizmente as comunidades científicas, tanto brasileiras como mundiais, adquiriram com o passar dos anos alguns vícios, que implicam na forma conceitual, de como identificar o rural, definindo o espaço pesquisado de maneira não neutra, ou seja, possui uma resposta antes mesmo de conhecer a realidade, muitas vezes se baseando nas dinâmicas demográficas. Isso ocorreu de tal forma que buscavam saber a ruralidade de um dado local através do patamar populacional, da ocupação da agricultura, isto é, na maior parte assimilava-se o rural com o isolamento, mostrando assim a necessidade de uma reformulação conceitual (ABRAMOVAY, 2003).

Como pôde-se observar, o meio rural sempre estava sendo definido pela agricultura, talvez por essa, na maior parte dos casos, oferecer oportunidades de emprego e geração de renda. Assim, há profundas confusões entre o espaço agrícola e o espaço rural. No entanto, não é aconselhável defini-las por seu caráter agrícola, é preciso ver toda sua natureza territorial e não somente a setorial. Portanto, justifica-se a necessidade de observar as economias regionais para formular uma melhor definição espacial e multissetorial, onde a agricultura é um mero integrante do rural. Assim, este meio começa a deixar de ser visto como uma simples máquina de produzir alimentos, na qual os produtos são os valorizadores da região, passando a atender pela concepção de que o território é quem ressalta esta região, pois busca um desenvolvimento territorial sustentável por seu espaço e não por seus aspectos temporais e setoriais (ABRAMOVAY, 2003).

Neste sentido, vê-se que é cada vez menos relevante e importante a identificação do espaço rural como produtor de matérias-primas. Pois é neste mesmo espaço que as atividades não-agrícolas estão construindo uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para o meio rural, além de garantir a reprodução³ de diversos atores sociais.

³ A reprodução aqui está sendo entendida como um intrincado e complexo jogo, através do qual as propriedades familiares relacionam-se com o ambiente e com o espaço no qual estão inseridas. A reprodução é, “acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos” (SCHNEIDER, 2003: 97).

Neste local de pluriatividades percebe-se que cada vez mais o rural possui atividades tipicamente urbanas, como afirmam Graziano da Silva, Sacco dos Anjos e Schneider. Este último ainda complementa:

Enquanto fenômeno social e econômico presente na atividade, na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, como no caso do Brasil, podemos definir pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Neste sentido, ainda que se possa afirmar que pluriatividade é decorrente de fatores exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias (SCHNEIDER, 2003).

Em suma, o rural implica em características mais gerais, sendo uma delas a relação com a natureza, à qual é atribuída importância social crescente, pois é a vinculação da sociedade com o próprio meio. Assim, “à medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como valor a ser preservado - e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover -, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2003).

Neste sentido, precisamos perceber e compreender a ruralidade pela importância das áreas não densamente povoadas e pelo tipo de contato que elas mantêm com as cidades, além de ver a qual região ou “territórios” pertencem (pois o destino das áreas rurais se dá pelo lugar em que as mesmas estão inseridas - relações sociais com o meio). Outro fator que nos permite observar a inter-relação do rural-urbano é que “o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso está ligado e depende da atividade econômica das áreas mais densamente povoadas” (CASTLE 1987).

A ruralidade não é, de maneira nenhuma, um atraso para o progresso e para urbanização. Ela é, e sempre será, um valor das sociedades contemporâneas. Valor esse que traz características para o meio rural, como: vínculo com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas, como diz Abramovay (2003). Esse autor ainda ressalta que precisamos parar de ver este território como local de esvaziamento e isolamento, já que neste *rural* há uma imensa diversidade de valores e potencialidades, bastando a nós preservar e valorizar.

3 Regiões e territórios rurais

No início da colonização europeia nas Américas, a partir de 1492, os colonos trouxeram consigo algumas técnicas de policultura que foram com o passar do tempo mesclando-se com as técnicas indígenas gerando uma nova matriz agrícola em quase a totalidade dos agricultores latino-americanos. Esta fase de produção baseada na policultura e com certa preservação do meio ambiente perdurou até aproximadamente 1950. Pois,

a partir daí, com o advento da “Revolução Verde”, houve uma introdução massiva de agroquímicos e o emprego de mecanização em larga escala. Todas estas mudanças nas técnicas de produção, incluindo a adoção da monocultura, ocorreram sem uma democratização da base produtiva, como Brum (1988:79) argumenta: “[...] modificou-se a produção sem alterar as estruturas agrárias”.

Em meio às diversas realidades e situações as regiões começaram a diferenciarem-se. O dinamismo de algumas e a decadência de outras fizeram e fazem com que ocorra uma certa preocupação. Ainda mais quando essas possuem as mesmas semelhanças no que diz respeito ao clima, topografia, solo, índices pluviométricos, etc. Pois, quando os territórios possuem as mesmas condições e semelhanças de fatores abióticos pensa-se e espera-se que ocorra uma uniformização dos resultados. Mas sabe-se hoje, que ter as mesmas condições não significa obter os mesmos resultados. Paralelamente, as regiões não estão mais sendo “formadas” ou conhecidas por semelhanças naturais e sim por resultados produtivos.

Desta forma, várias regiões começaram a preocupar-se com uma identidade regional no intuito de usufruir de certas vantagens mercadológicas competitivas. Mas para criar condições nas quais essa dinâmica territorial avance por dentro de um território precisa-se, primeiramente, criar uma consciência por parte da população constituidora daquela região para futuramente investir em uma estratégia para que os indivíduos externos venham a conhecer as potencialidades daquele local. No entanto, segundo Oliveira (2003: 3),

A construção de marcas territoriais não pode ser vista como simples intenção protecionista, mas como parte de um complexo mecanismo institucional de transmissão de confiança entre atores de segmentos sociais de interesses muito diversificados. As experiências bem sucedidas de desenvolvimento territorial caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais nos planos político, econômico e social.

Em suma, a identificação entre territorial e regional faz com que as fronteiras sejam mudadas e/ou pré-estabelecidas conforme se moldam às condições sociais. Ou seja, os limites naturais camuflam-se por detrás das condições sociais, econômicas ou políticas dependendo dos interesses ou mesmo das necessidades.

Assim sendo, a valorização de tributos e economias locais provoca, por um lado, a descentralização do crescimento econômico, que vem sendo tratada como prioridade em alguns territórios, e por outro, implica em uma constante articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região. Ou seja, mais do que simplesmente a criação de marcas territoriais, também se faz necessário uma interação social com indivíduos capacitados e propícios a “promover ligações dinâmicas capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes de construir durante a história”. (OLIVEIRA, 2003: 4).

O importante é que os territórios conscientizem-se de que ali serão construídos alicerces de seu próprio desenvolvimento. Assim, possuirão uma visão crítica dos problemas de cada unidade e com o foco voltado para uma melhor qualidade de vida de sua população – neste caso, dos agricultores familiares.

A valorização das vocações regionais ou até mesmo locais demonstra um grande potencial, claro que, depende da maneira como for este for trabalhado e de como for valorizado, desde que beneficie todos os que desfrutam do território. O importante é que o desenvolvimento seja à base das práticas e ambições de uma comunidade em sua região. Existindo sempre a necessidade de consorciar trabalho com conhecimento dando oportunidades e estímulo aos jovens e facilitando o empreendedorismo como o alicerce para o crescimento econômico.

Na Europa, já ocorrem casos onde pequenas regiões agrícolas são conhecidas e valorizadas pela origem de seus produtos. No entanto, como afirma Magalhães (2000:3) ocorre a necessidade de um desenvolvimento solidário no qual a cooperação e a democracia são os princípios fundamentais das relações econômicas e sociais e no qual os mercados estão sujeitos a regulação social e ao interesse público.

Desta forma, a valorização territorial virá da consequência de uma junção de fatores, entre eles a união dos envolvidos, o incentivo (políticas públicas), os interesses e sem dúvida a liberdade de expressão e democracia nas suas próprias decisões. Enquanto o reconhecimento territorial surgirá das relações e distribuições de poder entre os mais diversos atores sociais para que, conseqüentemente, alcance os "objetivos" das relações produtivas e sociais, construindo, assim, uma funcionalidade territorial. Mas, para se chegar até esse patamar, onde o desenvolvimento territorial rural flua dentre as relações dos agricultores familiares, precisa-se superar, além dos atributos jurídicos e naturais, os reflexos exógenos.

Pois, como já retratado anteriormente, as unidades familiares sofrem imposições externas fragilizando ou até mesmo forçando determinadas decisões. Neste espaço observa-se que a noção de território engloba algo específico (local) mas é perturbada por fatores exógenos (global) debilitando as decisões internas deste espaço. De qualquer forma a participação social pode ocorrer dando, diretamente, uma vantagem aos atores envolvidos, tanto no que se refere à transformação produtiva – articulação de formas competitivas e sustentáveis na economia do território, chegando a um nível de mercado mais dinâmico- e transformação institucional – interação dos atores sociais entre si e com os agentes externos. Sendo que ambas transformações buscam, concomitantemente, uma participação da população no processo e nos benefícios, como afirmam Schejtman & Berdegú (2004).

E, quando se percebe nos territórios rurais algo além dos seus recursos naturais, observa-se sua heterogeneidade. Isso significa que cada território possui uma diversidade de atores, interesses e, ainda, cria características próprias, distinguindo-se dos demais. Essa realidade nos faz pensar na necessidade de estratégias territoriais de desenvolvimento que terão de atingir objetivos múltiplos e integrais para atender as principais demandas dos atores sociais em benefício de todos, conforme afirma o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003). Em meio a esta realidade, utilizamos uma delimitação territorial baseada em semelhanças e proximidades entre os atores. Pois, conforme assegura Abramovay (2003) "mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capazes de valorizar o conjunto do

ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores".

Então, nesta pesquisa o território a ser estudado compreende os municípios gaúchos de Porto Xavier, Pirapó, Roque Gonzáles, Dezesseis de Novembro e Porto Lucena (para uma melhor localização vide Figura 1).

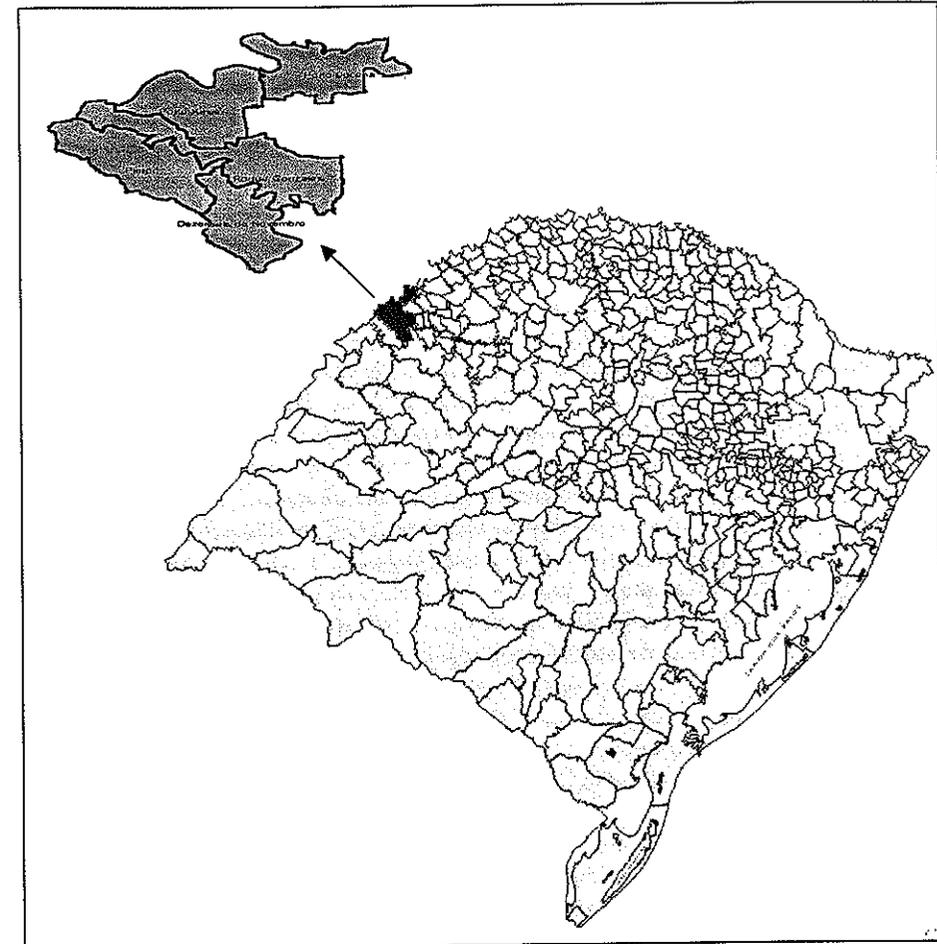


Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul e a localização do território de pesquisa.

Se comparado com delimitações usadas pelos COREDS ou qualquer outro órgão, a Região das Missões compreende mais municípios e, conseqüentemente, mais realidades. Neste trabalho nos detemos nestas localidades porque possuem semelhanças no que se refere ao tamanho médio das propriedades, que oscila de 15 a 20 há; pela ocupação da terra, que se deu a partir de 1920 por emigrantes europeus ou seus descendentes, onde a maior representatividade era de origem germânica e italiana, constituindo pequenas

propriedades que fomentaram relações sociais de proximidade entre os agricultores familiares como a confiança, implementando um capital social relativamente dinâmico, segundo a perspectiva de Bourdieu. No caso dos outros municípios analisados pelos institutos, que são considerados como Missões, existe uma alta concentração de terra, sendo que o trabalho assalariado predomina e a exploração da terra acontece de forma uniforme e homogênea.

Na análise empírica analisa-se a importância de um território ser auto-sustentável para alcançar uma certa identidade territorial. Mas antes mesmo de fazer uma introdução ao trabalho de campo, faz-se necessário uma definição clara do que aqui se entende por agroindústrias familiares, já que posteriormente ocorrerá uma identificação destes empreendimentos como propulsores de renda e desenvolvimento, pois agregam valor aos produtos no próprio meio rural. Desta forma, conceberemos a agroindústria familiar como uma fonte alternativa capaz de valorizar, e muito, a diversidade de valores e potencialidades que ocorrem nos territórios rurais, conservando, desta forma, a estrutura social deste espaço, junto com sua própria reprodução.

4 Agroindústria Familiar

Com a modernização da agricultura após o término da segunda guerra mundial, ocorreram várias transformações nas bases técnicas agrícolas, consorciadas com a mecanização, quimificação e especialização da cadeia produtiva do setor primário, objetivando, em partes, o aumento da produtividade e da produção de alimentos.

Neste contexto sobressaíram-se as grandes agroindústrias integradoras impondo uma nova dinâmica ao processo produtivo e que, pelos novos padrões tecnológicos, exigiu um aumento na produção e nos índices de produtividade. Este processo, apesar de consistir em uma estratégia de crescimento das produções familiares, fez aumentar as diferenças sócio-econômicas excluindo aqueles agricultores que não atingissem os padrões impostos, demonstrando assim seu caráter seletivo (MIOR, 2005). Todo esse processo implicou em elevados custos sociais e ambientais, o que já justifica uma mudança do modelo econômico de desenvolvimento, especialmente no norte do Rio Grande do Sul e conseqüentemente nas Missões.

Os agricultores que continuaram a produzir individualmente, ou seja, sem ligação com grandes indústrias ou cooperativas, sofreram pela mudança dos padrões, diminuindo cada vez as possibilidades de participação do mercado, como afirmou Paulilo (1990).

De certa forma, as indústrias começaram a determinar as relações sociais no meio rural, pois, com a submissão do agricultor às grandes agroindústrias e a perda de autonomia no processo produtivo, direta ou indiretamente, ocorreu um êxodo rural onde o modelo centralizado de indústria se instalou uma vez que, inúmeras unidades de produção não conseguiram se adequar ao sistema tecnológico implantado. E para os atores excluídos do "processo de integração", a participação em mercados locais/regionais ficou cada vez mais difícil e complexa, visto que, se torna quase que inviável para agricultores isolados buscarem um tipo de capacitação ou assistência técnica, mesmo porque não possuem

créditos específicos para a busca de novas tecnologias.

Em meio a essas evidentes dificuldades que afligem a agricultura familiar busca-se uma nova mudança no modelo de desenvolvimento até então adotado. Mudança essa que seja capaz de adequar os agricultores ao novo rural, que valoriza as regiões e territórios e que possua, no seu interior, ações cooperativas/associativas. Em meio a essa e tantas mais necessidades, torna-se indispensável a agroindústria familiar para a propriedade rural.

A definição do conceito de agroindústria familiar ainda é recente e obscura na literatura brasileira, já que este leva em consideração aspectos qualitativos e quantitativos dependendo de cada realidade, o que torna difícil a construção de um conceito/modelo único e definitivo, como afirma Prezotto.

A agroindústria familiar é de propriedade de pequenos agricultores e caracterizada pela verticalização da produção. Isto é, os próprios proprietários dos empreendimentos produzem e industrializam a matéria-prima. Já a posse e a gestão da agroindústria pode ocorrer individualmente ou de forma organizacional-grupal de famílias. No entanto, a forma associativa otimiza o espaço e o número de pessoas envolvidas, ou seja, envolve e garante a reprodução de mais atores sociais dentro de um mesmo espaço.

Sendo notória a importância e relevância da agricultura familiar no Brasil vê-se que ações cooperativas embutem-se perfeitamente na conjuntura quase que elástica dos atores rurais sociais, tanto nas possibilidades de inserção nos mercados como na criação de uma esfera mútua onde a organização faz vigorar a consistência de um sucesso através da criação do capital social. Fixado nesta estrutura Oliveira (2003:4) afirma: "por mais que as condições naturais de solo, relevo e clima sejam importantes na determinação do desempenho dos territórios, não são poucos os casos onde os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização da produção". Valorização essa que pode ser concebida através de agroindústrias familiares, pois fortalece os atores e as economias locais pela auto-sustentabilidade que ocorre com a produção quando é efetivada neste espaço e comercializada na mesma região.

Prezotto (2000:10) ainda refere-se à questão das associações afirmando que: "a organização de pequenos grupos de agricultores (associação, cooperativas, condomínio, microempresas) favorece otimização da estrutura disponível nas propriedades e dos recursos investidos. Além disso, possibilita o envolvimento de um maior número de pessoas no processo produtivo (da matéria-prima e da industrialização). A gestão das pequenas agroindústrias também é desenvolvida pelos agricultores familiares associados. A capacitação e a assessoria técnica são instrumentos imprescindíveis para o gerenciamento e para a viabilização do empreendimento. A instalação das pequenas indústrias próximas das propriedades dos agricultores associados facilita o desenvolvimento de gestão transparente dos proprietários".

A mão-de-obra para com a agroindustrialização (MO) será familiar, podendo pertencer aos proprietários ou a outros agricultores próximos da unidade de produção. E é neste aspecto que se percebe a forma descentralizada deste empreendimento, já que gera postos de trabalho diretos e indiretos no meio rural, além da ocupação da MO totalmente familiar, valorizando os jovens e as mulheres trabalhadores, que muitas vezes

ficam excluídos do processo produtivo obrigando-se a buscar novas alternativas fora deste espaço.

A quantidade de mão-de-obra envolvida vai variar dependendo do nível tecnológico da agroindústria. Na maior parte dos casos, as tecnologias são simples necessitando, por sua vez, um número maior de envolvidos, isto é, mais trabalho familiar⁴. No entanto, esse processo artesanal colonial da agroindústria deve ser considerado um diferencial deste tipo de empreendimento, agregando mais valor ainda na hora da comercialização.

A matéria-prima que abastece a agroindústria será produzida na propriedade e em alguns casos adquirida dos associados, dependendo do sistema implantado no local. Cabe ressaltar, que o baixo custo no transporte de matérias-primas pode se transformar em lucros quando chegar com um preço inferior ao dos concorrentes no mercado podendo, por consequência, competir igualmente com grandes indústrias. Vale lembrar que quando comercializado em comércios locais e regionais, o produto final possuirá algumas vantagens. Pois, além de estar nele embutida toda identidade daquele território terá uma origem conhecida, ou seja, ocorrerá uma valorização regional. Para tanto, há necessidade de uma consciência por parte da população consumidora para valorizar determinado território. Sendo que, essa valorização pode se dar tanto pelo consumo dos produtos como pelo incentivo. E com isso, acontecerá um reconhecimento territorial pelos atores externos a região, viabilizando o aumento do lucro final pelo aumento do preço de venda, mas com o mesmo custo de produção.

A forma artesanal, colonial ou, até mesmo, orgânica da agroindústria deve ser estampada como uma particularidade do produto, pois fortalece a agricultura familiar que não tem condições melhores de estabelecer um alto e avançado nível tecnológico em seus domicílios. Contudo hoje, já se possui uma consciência no que diz respeito à forma de produção, mesmo porque, é uma diferenciação que se tem das pequenas agroindústrias rurais sobre as grandes empresas, formadoras dos complexos.

Os empreendimentos rurais, principalmente as agroindústrias, sofrem constantemente com o processo jurídico de legalização, já que com isso, muitas destas extinguem-se antes mesmo de começar. Outras que não possuem capital de giro suficiente terminam depois de não conseguir vender o produto pelo valor que agrega no final por causa dos impostos sobre o preço de venda. Mas, hoje já se pensa em uma certificação solidária, onde será a confiança e a proximidade dos agricultores que garantirá a eficiência/efetivação do estabelecimento (TRENTIN, 2002: 25).

Com o evidente potencial das agroindústrias familiares no Brasil, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – criou a Linha Agroindústria para agricultores interessados em investir na implantação deste tipo de empreendimento em pequena escala no meio rural. Para tanto, os juros, o capital, os anos de carência e pagamento variam conforme a atividade a ser produzida. Com isso, percebe-se que as políticas públicas estão direcionando seus recursos a atividades inovadoras, porém

⁴ Para Schneider (2003), o trabalho familiar entende-se como uma “dimensão básica em torno da qual se organiza um determinado grupo social ligado por laços de parentesco e detentor de uma propriedade de terra em espaço rural”.

convincentes no seu papel social, produtivo, participativo, ambiental e descentralizado.

Como já expressado, percebe-se que a agroindústria familiar é uma importante ferramenta para o meio rural, primeiro porque contribui, e muito, para um desenvolvimento sustentável dos atores sociais. E segundo por encaixar-se perfeitamente em inúmeras realidades podendo, dessa forma, contribuir para os territórios de forma multidimensional e diversificada. Além de poder criar várias identidades, não ficando dependente apenas de um setor agropecuário ou, até mesmo, de um commodities como é o caso de muitas regiões.

Contudo, segundo Wesz Junior & Trentin (2004: 14) a agroindústria familiar:

não representa uma solução de todos os problemas e das necessidades dos atores. Mas ela deve ser trabalhada como parte de um conjunto de ações e de outras alternativas associadas, que busquem construir o desenvolvimento rural sustentável, nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar [...]. Deste modo, os efeitos multiplicadores da agregação de valor à produção, pela agroindustrialização ocorrem tanto a montante, na atividade agropecuária, como a jusante, na estrutura de comercialização de serviços, e refletem-se na efetiva interiorização do processo de desenvolvimento. Mais ainda, as características tecnológicas do processamento agroindustrial viabilizam, para algumas matérias-primas e produtos, a implantação de unidades de pequeno e médio porte, mais acessíveis a investidores com menor disponibilidade de capital [...]. Outros benefícios sociais importantes dos empreendimentos agroindustriais familiares são gerados pela melhoria da qualidade dos produtos processados, pela redução de perdas no processo de comercialização e pelo papel disseminador que tendem a exercer na promoção de melhorias tecnológicas nas atividades agropecuárias.

No entanto, o rendimento da agroindústria retrai-se quando o espírito competitivo e “capitalista” apossa-se da consciência dos empreendedores, de tal forma que a produção conjunta dá ocasião para a produção individual. É em um desses interpassos que se justifica a associação dos agricultores, pois, além de lutarem por objetivos comuns ocorre uma neutralidade na competição por consumidores facilitando a entrada de novos investimentos, diminuindo assim os custos de comercialização.

A forma descentralizada com que as agroindústrias familiares agem evidencia-se quando comparadas com grandes agroindústrias (agroindústrias integradoras). Estas últimas possuem um processo de agregação de valor centralizado com uma ou poucas unidades por ramo, geralmente localizadas nos grandes e médios centros urbanos, possuindo, em sua estrutura trabalho quase que totalmente assalariado, com a matéria-prima muitas vezes comprada de fora da(s) região(s) onde está localizada, estimulando, desta forma, a competição, a especialização e seleção dos agricultores.

E, na maior parte dos casos, ocorre uma grande inversão de capital por emprego gerado. Estes, por sua vez, produzem produtos homogêneos e na maioria das vezes de origem desconhecida. Para inflamar ainda mais esta situação, ocorre em vários casos, por parte de grandes indústrias, uma poluição em massa degradando os recursos naturais, além de largar dejetos no meio ambiente. Reconhece-se que isso não ocorre em todas as grandes agroindústrias, mas é uma realidade que ressalta ainda a necessidade de mudança, o que

fortalece ainda mais um maior incentivo para pequenos, porém categóricos, empreendimentos agroindustriais rurais familiares.

Para os agricultores familiares, a industrialização de produtos agropecuários não é nenhuma novidade, pois faz parte de sua história, cultura e identidade, promovendo, muitas vezes, a própria reprodução desses atores. Dá-se a transformação dos produtos que eram para consumo da própria família e dificilmente comercializados nos mercados locais, pois eram trocados com parentes e vizinhos. Para muitos a agroindustrialização para o autoconsumo perdeu representatividade, já que os commodities tomaram o tempo e o espaço de muitas famílias que se envolvem em atividades agrícolas (TRENTIN, 2002:31). Mas para muitos atores a agroindústria familiar deixou de representar um mecanismo para o consumo, tornando-se a mais importante fonte de renda de sua propriedade.

Como se pôde observar, segundo Prezotto (2000:15) a agroindústria familiar:

“vem sendo colocada como uma importante ferramenta propulsora de desenvolvimento sustentável. No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividades, o modelo de agroindustrialização descentralizado de pequeno porte, de característica familiar, é visto como uma das alternativas capaz de impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, especialmente para os agricultores familiares. Pode proporcionar, também, uma importante forma de (re)inclusão social e econômica destes agricultores, melhorando a sua qualidade de vida”.

Esse autor ainda apresenta as vantagens da agroindústria familiar para a sociedade:

a) a geração de renda através da agregação de valor aos produtos agropecuários; b) a geração de postos de trabalho descentralizados, especialmente no meio rural; c) a produção de alimentos com diversidade e de qualidade ampla, considerando principalmente os aspectos sanitários, ecológicos, nutricionais, organolépticos, culturais e sociais; d) a diminuição do custo de transporte de matéria-prima pela aproximação da indústria ao local de sua produção; e) a destinação adequada dos dejetos e resíduos da produção primária e da industrialização pela possibilidade de aproveitamento como insumo na produção agropecuária; f) o estímulo ao desenvolvimento das economias locais e regionais pelo aumento do consumo de bens e de equipamentos e insumos produtivos; e g) o aumento da arrecadação de impostos pela dinamização das economias local e regional.

Contudo, a possibilidade de viabilizar a introdução de um novo paradigma para o meio rural faz buscar, em todo e qualquer caso, a (re) valorização do espaço rural e seus novos papéis, levando em consideração a estrutura agrária e os atores que estão inseridos nestes territórios. Em se tratando de agricultura familiar vê-se que há necessidade de uma sincronia entre os mais variados espaços (rural e urbano) e aspectos (social, econômico, político, ambiental, cultural), para buscar fazer desse “rural” um lugar vivo, cidadão, democrático e sustentável. É neste contexto e com esse propósito que a agroindústria familiar é inserida ao meio rural como alternativa para indivíduos interessados. Sabe-se que esses empreendimentos carregam responsabilidades, mas que se transformam em resultados

quando bem aplicados, administrados e apoiados. Desta forma, a agroindústria familiar se torna uma alternativa, ou mais do que isso, um meio capaz de trazer dignidade e qualidade de vida para os atores sociais, formas justas de reprodução, renda para o campo, empregos diretos e indiretos, valorização das culturas, das identidades, da mulher e do jovem trabalhador, além de fazer com que ocorra uma economia descentralizada, justa e solidária.

5 A necessidade da auto-sustentabilidade territorial

O estudo de caso a seguir mostrará o quanto é necessidade de um determinado território ser auto-sustentável, ou auto-suficiente em alguns produtos, ou seja, diminuir a dependência de produtos processados agro-industrializados ou *in natura* de outras regiões, valorizando o que já se produz. E quando não produz e for possível a produção, deve-se favorecer as condições para a organização destes empreendimentos. O tema central desse artigo compreende a importância da auto-sustentabilidade territorial, pois neste estudo aborda-se as agroindústrias familiares de cachaça como exemplo e indicadores de desenvolvimento rural e territorial

Contudo, a auto-sustentabilidade territorial virá, conseqüentemente, de uma ação organizativa dos atores sociais capazes de agregar valor a produtos agropecuários e dos consumidores dispostos a pagar um pouco mais por produtos diferenciados. Pois é junção de ambos que garantirá a manutenção das agroindústrias familiares. E, o mais importante, que o resultado seja de propriedade coletiva, já que promoverá ações positivas no interior do território. Com essa forma descentralizada, haverá uma possível identificação regional, valorizando o território, consorciado com o aumento do desenvolvimento e conseqüentemente da qualidade de vida dos beneficiários.

No território pesquisado – que compreende os municípios de Porto Xavier, Pirapó, Roque Gonzáles, Dezesesseis de Novembro e Porto Lucena – fez-se, primeiramente, uma identificação das agroindústrias produtoras da cachaça. A partir disso, foram realizadas entrevistas com os agricultores e visitas *in loco* a suas agroindústrias. Também, foram entrevistados informantes qualificados com análise das comunidades rurais.

A cachaça foi o produto escolhido para a pesquisa de campo por ser uma atividade agroindustrial, feita neste território somente por agricultores familiares que possuem a própria cana-de-açúcar, por ocuparem uma quantidade razoável de mão-de-obra – mesmo que sazonal- e, principalmente, por ocorrer a produção de cachaça de forma artesanal; além de ser uma atividade tradicional, desenvolvida desde o início da ocupação deste território.

No território estudado, identificou-se 12 (doze) agroindústrias familiares produtoras de cachaça. Estes empreendimentos, por sua vez, estão distribuídos em todos os municípios analisados. Absorvem diferentes grupos de mão-de-obra e consumidores; há um maior número de empregos diretos e indiretos espalhados pelo território, e não concorrem diretamente entre si.

Após o levantamento de dados através das entrevistas com os agricultores,

percebeu-se que 50% das agroindústrias familiares fabricam algum derivado da cachaça, sendo o mais considerável em quantidades o licor, que é preparado com frutas existentes na propriedade ou arredores. É importante levar em consideração que há alguns licores produzidos com frutas nativas da região, ou seja, favorece uma valorização dos hábitos culturais e dos recursos naturais do território, diferenciando o produto final de algumas agroindústrias. Sendo que em todos os empreendimentos a venda da cachaça ultrapassa o território aqui estabelecido.

Nos empreendimentos rurais observou-se, através da leitura de paisagem, que: quanto mais antiga a agroindústria maior é a produção e melhor são as condições de vida dos agricultores que dela vivem e dependem. Estes ainda possuem algum meio de transporte para levar sua cachaça até o vendedor ou intermediário.

Das 12 agroindústrias familiares de cachaça existentes e visitadas, nenhuma é legalizada. Os agricultores afirmam que: "é muito cara a legalização"; "existe uma burocracia demasiada pelos mais diversos órgãos"; "o valor que se emprega na legalização não se agrega no preço final de venda; deixa o produto muito caro, dificultando assim a comercialização"; e, "é inviável para pequena propriedade"; entre outros.

Por não possuírem legalização das agroindústrias os agricultores vendem seu produto em embalagens reaproveitadas tipo "pet" (plástica com 2 litros de capacidade), ou como eles chamam "litrão". Segundo a vigilância sanitária, o uso dessa embalagem não é permitido, mas os agricultores comercializam nela por ser de fácil aquisição e de baixo custo. Nenhum dos empreendimentos possui rótulo, selo, marca ou qualquer identificação na embalagem, e isso dificulta ainda mais o reconhecimento individual de cada agroindústria/produto, e também a fiscalização pelos órgãos de arrecadação de impostos municipais, estaduais e federais.

As 12 agroindústrias, são administradas por 21 famílias de agricultores, ou, mais precisamente 51 pessoas, e em quase todos os empreendimentos existem mais de 2 pessoas na administração do negócio. Em todas as agroindústrias os agricultores participam em Cooperativas, Sindicatos, Casa do Produtor, igrejas, comunidades de lazer, além da participação em feiras e exposições. Esse contato com a comunidade faz com que estes empreendimentos rurais sejam reconhecidos por um número maior de indivíduos e, por consequência, uma maior quantidade é vendida.

Como constatado, em todas as agroindústrias familiares ocorre a falta da cachaça de um ano para outro, dificultando o envelhecimento da aguardente, já que não sobra. Com isso, os agricultores ficam impossibilitados de ampliar esse nicho de mercado, já que a produção total é vendida num período curto de tempo. Desta forma, observa-se a possibilidade de implementação de novas agroindústrias deste ramo neste mesmo território.

Em 25% das agroindústrias ocorre a existência de empregados diretos e em todos os empreendimentos rurais possui-se algum trabalhador sazonal, num total de 20 diaristas, mais os diretos, formam 26 postos de trabalhos na safra.

As 12 agroindústrias familiares do território fabricam anualmente um total de 318.500 litros de cachaça. Este produto é vendido na propriedade por um preço médio de R\$ 1,40 o litro, gerando um montante ao ano de R\$ 481.180,00. Todo esse dinheiro circula neste espaço, ou seja, consegue-se, de forma descentralizada, solidária e territorial

distribuir a renda dando qualidade de vida para os que dela se beneficiam e segurança na qualidade do produto pelos consumidores. Por não ser legalizado, o produto pode ser comercializado a um preço mais acessível. Assim sendo, todas essas condições favorecem e diferenciam as agroindústrias familiares de cachaça deste território.

Vale lembrar que a produção é artesanal e pouco tecnificada, onde as famílias não possuem força suficiente e dependem em certas épocas do ano da mão-de-obra contratada, pois a cana-de-açúcar, matéria-prima da cachaça, desta forma trabalhada, exige tarefas braçais e pesadas, especialmente na colheita.

O total de área de cana necessária para a produção das agroindústrias analisadas é de 66,5 ha. Assim, o persistente discurso: "precisa-se de grandes extensões de terra para se gerar recursos satisfatórios" está cada vez mais velho e ultrapassado. Pois, essa pesquisa comprovou que, em apenas 66,5 ha., pode-se gerar um montante de R\$ 481.180,00. Claro que, isso só acontece através da agregação de valor pela agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar.

Mas não é apenas isso, pois nestes 66,5 ha., 21 famílias conseguem sobreviver sobre o lucro adquirido no final do processo agroindustrial; 26 empregados diretos e parciais recebem um reforço financeiro por sua mão-de-obra prestada. Ou seja, 77 pessoas produzem e se reproduzem em cima desta área e como observado com qualidade de vida. Assim, constata-se mais uma vez que a agricultura familiar, que na sua maioria é praticada em pequenos espaços de terra pode implantar agroindústrias como uma alternativa viável e descentralizada, sendo capaz de gerar renda e dignidade para as pessoas e estes territórios.

Assim, percebe-se que a auto-sustentabilidade através da implantação de agroindústrias familiares favorece o desenvolvimento rural sustentável, valorizando o espaço e suas especificidades. Contudo, vê-se que no meio rural existem várias alternativas que levam à produção e reprodução social de seus atores, sendo a agroindústria uma delas. Desta forma, a multifuncionalidade desse rural começa a ganhar repercussão nacional, mas não é apenas por suas próprias iniciativas, mas principalmente, pelos seus resultados. Resultados esses que trouxeram para o campo a inclusão social, valorizando cada agricultor e, mais do que isso, cada potencialidade.

6 Considerações finais

Na atual conjuntura brasileira, as tentativas de mudança, na busca da satisfação sócio-econômica e ambiental desabrocham por detrás de interesses de uma gama de atores capazes de decidir por suas próprias reivindicações. No entanto, os fatores externos, climáticos e o modelo de desenvolvimento capitalista adotado fizeram com que os resultados sejam diferentes do que as necessidades demandam. Contudo, novas alternativas estão sendo revitalizadas para fazer com que a diversidade de valores do meio rural se transforme em vantagem e que, conseqüentemente, ocorra uma valorização deste espaço com qualidade de vida.

Foi nesta perspectiva que se buscou analisar as agroindústrias familiares, neste caso de cachaça, como indicadores de desenvolvimento territorial rural. Os resultados foram

satisfatórios, tanto no número de pessoas envolvidas como no montante de capital que circula neste tecido social. Descobriu-se também, a infinidade das vantagens das agroindústrias familiares no meio rural, tanto por seu papel social como econômico, participativo, descentralizado, solidário e harmônico com os meios naturais, ainda mais quando comparado com indústrias de grande porte.

Aqui não se tentou menosprezar os fatores naturais nem, de forma alguma, dizer que eles não interferem no desenvolvimento de certos territórios. Porém, afirmamos que os fatores externos como também os interesses dos atores sociais são capazes de fazer algumas dificuldades se transformarem em estratégias de produção e reprodução. Mas o que melhor ocorre, na maioria dos casos, é uma revalorização daquilo que muitos consideram obstáculos.

Nesta linha, observa-se que as formas sociais de agir, de organizar ou até mesmo de se relacionar proporcionam, quando bem direcionada, uma estratégia adequada para trazer dignidade para as famílias rurais. Produz também, geração de renda - direta e indireta - para as pessoas envolvidas ou próximas do processo produtivo, além de viabilizar um reconhecimento territorial, fazendo com que o desenvolvimento venha da produção, ou mais do que isso, da valorização de um determinado espaço, tipo de vida e de um dado território.

Assim, neste trabalho, comprovou-se a fundamental importância do território estudado, incentivar e reconhecer a agroindústria familiar como minimizadora da pobreza, do desemprego, do êxodo rural e da exclusão da mulher e do jovem das atividades comunitárias. Pois, a agroindustrialização familiar baseada em princípios agroecológicos gera renda, promove a melhoria da qualidade de vida e a recuperação/preservação dos hábitos culturais e do meio ambiente. Neste caso, fazendo com que a cachapa do território estudado seja reconhecida pela sua qualidade, pelo seu processo artesanal e colonial, além de "sentir", embutido nesse contexto, todo o histórico, as identidades e centralidades dos agricultores que a produziram.

7 Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª ed. - Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. *O Futuro das Populações Rurais*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.
- BRUM, A. J. *Modernização da Agricultura Trigo e Soja*. Ijuí, RS: VOZES e FIDENE, 1988. p. 200.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: VELA, H. (Org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Paliotti, 2003. p. 157-194
- CASTLE, E. N. Policy options for rural development in a restructured rural economy: an international perspective. In: SUMMERS, G. F. et al. *Agriculture and beyond: rural economic development*. Madison: University of Wisconsin College of Agricultural and Life Sciences, 1987.

- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: EI/UNICAMP, 1999 (Coleção Pesquisas I)
- MAGALHÃES, R. S. A nova economia do desenvolvimento local. In: 2º *Work and Labour Network*. Rio de Janeiro, novembro de 2000. 18 p.
- MDA Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Série texto para discussão 4. In: OLIVEIRA, Humberto. *Criando as condições para a valorização dos territórios*. 2003.
- MIOR, L. C. *Agricultura familiar, Agroindústria e Redes no Desenvolvimento Rural*. Chapecó: Ed. Argos, 2005.
- PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990
- PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: *Anais da Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria*. Lageado - RS, 2000. 15p.
- PUTMAN, R. D. *Comunidade e Democracia - A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993-1996.
- SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. In: ECHEVERRÍA, Ruben. *Desarrollo territorial rural en América Latina y Caribe: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales*.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. 253p.
- STORPER, M. La géographie des conventions: proximité territoriale, interdépendances hors marché et développement et économique. In: RALLET, Alain; TORRE, A. *Économie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1996.
- TRENTIN, I. C. L. *Avaliação e Acompanhamento da Gestão de 20 Agroindústrias Familiares da Região das Missões/RS*. São Luiz Gonzaga, 2002. 35 p.
- _____. *O Pró-Rural 2000 como Política Pública de Combate à Pobreza Rural*. Porto Alegre: UFRGS Dissertação de Mestrado do PGDR. 2001. 135 p.
- _____. *Diagnósticos da Região das Missões/RS*. São Luiz Gonzaga. 2002. 50 p.
- TRENTIN, I. C. L.; WESZ JUNIOR, V. J. *Desenvolvimento e Agroindústria Familiar*. In: Artigos Completos do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá, 2004. 18p.

Recebido para publicação em 14/09/05

Aceito para publicação em 10/12/05